



COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Uma análise comparada

OBJETIVOS

- Analisar os pontos em comum e os aspectos que distinguem a política brasileira de compras públicas sustentáveis dos modelos praticados por 4 países
 - EUA, Coreia, Japão e Suécia
- Identificar fatores de êxito e de interesse para a política nacional
- Estabelecer recomendações técnicas objetivas para o aprimoramento da política nacional de CPS

ESTRUTURA

- Diagnóstico e avaliação do modelo brasileiro
- Revisão bibliográfica de experiências internacionais
- Estudo Comparativo
- Seminário Internacional
- Relatório Final

DIAGNÓSTICO

- Diagnóstico e avaliação do modelo de Compras Públicas Sustentáveis implementado no Brasil
- Estudo de experiências de três entes governamentais:
 - Administração Federal
 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
 - Estado de Minas Gerais
- Conclusões e Recomendações

DIAGNÓSTICO

- Elaboração de quadros-síntese, contendo informações relativas a:
 - Institucionalidade
 - Marco jurídico e regulatório
 - Mecanismos de implementação
 - Descrição do ciclo de compra
 - Monitoramento e sistemas de informação
 - Desafios e perspectivas futuras
 - Dados estatísticos

CONCLUSÕES

- Maioria absoluta das licitações é realizada de forma eletrônica
- Utilização de sistemas informatizados compartilhados por diversos entes
- Utilização frequente do Registro de Preços
- Gestão centralizada dos sistemas por órgãos de planejamento
- Arcabouço normativo específico sobre o tema

ASPECTOS CRÍTICOS

- Critérios para classificação de produtos
- Necessidade de respaldo técnico por parte de instituições especializadas
- Conteúdo de especificações técnicas
- Limitações ao uso de certificações e rótulos ambientais
- Mecanismos de monitoramento da política

RECOMENDAÇÕES

- Incremento da utilização de sistemas de rotulagem ambiental e de certificação e/ou de seus critérios
- Incorporação da abordagem de ciclo de vida (\neq ACV) à tomada de decisão de compra
- Orientação padronizada com relação ao momento adequado de inserir os critérios socioambientais (especificação/edital/assinatura do contrato/contrato) para evitar questionamentos

*AGU já desempenha esse papel

RECOMENDAÇÕES

- Construção das especificações de forma participativa de forma a legitimá-las junto aos fornecedores
- Diálogo com órgãos de controle para avanço no uso de rótulos e certificações (exigência não exclusiva)
- Melhorias no sistema de monitoramento (diretamente ligada à classificação dos bens)
- Buscar inspiração em experiências internacionais

ESTUDO COMPARADO

- Introdução
- Características comuns
- Distinções
- Aspectos de interesse
- Conclusão



ESTUDO COMPARADO

- Tema de CPS vem ganhando cada vez mais força em nível global, em virtude de se tratar de ferramenta eficaz para a promoção de inovação e de mudanças positivas nos atuais padrões de produção e consumo
- Acordos internacionais respaldam politicamente a criação de ações nesse sentido
- Efeitos da crise ambiental planetária já sentidos pela população mundial levam os países a despertar para o tema
- Representatividade das compras públicas no PIB dos países desperta o interesse de seguimentos de mercado (bons e ruins)

ESTUDO COMPARADO

- Dificuldades enfrentadas anteriormente pelos demais países com relação ao tema de CPS são muito semelhantes, às vezes idênticas, às enfrentadas hoje pelo Brasil (p.ex.: comprometimento político-institucional, barreiras técnicas, econômicas e culturais, forma de comunicação e monitoramento da política etc.)
- EUA, Coreia, Japão e Suécia são referências no tema
- Processo de Marrakesh (Rio +10), 10YFP (Rio +20) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) permeiam as políticas de CPS vigentes
- Brasil caminha bem rumo ao incremento de sua política de CPS

ASPECTOS COMUNS

Dificuldades:

- ideia de que os produtos e serviços com diferencial socioambiental são mais caros do que os convencionais
- falta de conhecimento técnico dos gestores públicos responsáveis pelas compras e contratações públicas com relação à incorporação dos critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios
- ausência de mecanismos de monitoramento que permitam avaliar a efetividade da política e se a mesma alcança seus objetivos
- incorporar e avaliar os custos de ciclo de vida de bens e serviços de forma sistemática
- número insuficiente de fornecedores que atendam aos requisitos de sustentabilidade

ASPECTOS COMUNS

- Constatação da importância de serem realizadas ações permanentes de capacitação para o aprimoramento da política
- Contar com um arcabouço normativo e político, contendo definições, metas e prioridades para o tema das compras públicas sustentáveis, ainda que não garanta sua efetividade de forma integral, demonstra-se como um elemento fundamental para o sucesso e para o avanço da temática

EUA - ASPECTOS COMUNS

- Enfatiza as questões ambientais ao lado de questões sociais (não discriminação de classes e igualdade de oportunidades)
- Compras públicas são realizadas em ambiente eletrônico centralizado (www.acquisition.gov), que permite a opção por bens e serviços com base em características ambientais. No caso do governo federal brasileiro, também é possível para o gestor público optar pelos itens classificados como sustentáveis no âmbito do Sistema de Catalogação de Material (CATMAT). Da mesma forma, o Portal Compras MG
- *Green Procurement Compilation (GPC)*, recurso desenvolvido pelo GSA que reúne informações sobre os programas de caráter ambiental conduzidos pelo governo (subsidiaria os processos de compras e contratações com relação a exigências neles previstas). Semelhante ao GPC, o governo federal brasileiro desenvolveu o Portal Contratações Públicas Sustentáveis (diferem, no entanto, quanto ao tipo de informações e recursos disponíveis)

EUA - ASPECTOS COMUNS

- Assim como o Brasil, os EUA possuem um órgão que desempenha papel central na definição das diretrizes relativas às compras públicas. No caso do Brasil, esse papel é desempenhado pelo Ministério do Planejamento, por meio da SLTI, enquanto nos EUA é exercido pelo já citado *General Services Administration (GSA)*, por meio de seu *Federal Acquisition Service*
- Nesse sentido, o portal norte-americano *Acquisition.gov* tem como paralelo brasileiro o Portal Compras Governamentais, ambos constituindo os ambientes onde são processadas, de forma centralizada, as compras e contratações eletrônicas de cada país

EUA - ASPECTOS COMUNS

- Arcabouço jurídico sobre mudanças climáticas e resíduos sólidos (*Executive Order 13.514*, de 2009, e *Climate Plan Action*, de 2010 e Leis Federais nº 12.187/2009 e nº 12.305/2010)
- Critérios socioambientais considerados
- *Strategic Sustainability Performance Plan* e Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)

EUA - DISTINÇÕES

- FAR x Lei nº 8.666/93
 - Abordagem expressa das CPS (*Sustainable Acquisition Policy*)
- *Environmentally Preferable Purchasing Program* (EPP): atributos e manuais de procedimento para bens e serviços
- Previsão de metas (Decreto nº 7.746/2012 não prevê metas quantitativas)

COREIA - ASPECTOS COMUNS

- Planos anuais com definição de metas relativas às CPV, monitoramento e reporte de desempenho ≈ PLS
- KONEPS ≈ Portal Compras Governamentais
- Lei nº 7.296/2004 ≈ Decreto Federal nº 7.746/2012
- Programa Coreano de Rotulagem Ambiental (voluntário) x Rótulo Ecológico ABNT (voluntário) e certificações INMETRO (voluntárias e obrigatórias)

COREIA - ASPECTOS COMUNS

- Modelo misto (centralizado + descentralizado), similar ao que ocorre com MG
- Não possui metas quantitativas específicas de CPV
- Monitoramento inclui o número de entes que reportam seus planos anuais e informes de desempenho em CPV (similar ao PLS)
- Realiza monitoramento quantitativo das CPV e o quanto as mesmas representam nos gastos do governo
- Registro de produtos verdes no sistema (como ocorre no CATMAT), divulgação das boas práticas e treinamentos frequentes

COREIA - DISTINÇÕES

- CPS x CPV
- Monitoramento dos ganhos proporcionados pelas CPV (econômicos, sociais e ambientais)
- Incentivos fiscais
- Norma de incentivo à rotulagem ambiental é anterior à própria política de CPV

JAPÃO - ASPECTOS COMUNS

- Planos anuais de CPV com relatórios de desempenho (similar ao PLS)
- Arcabouço normativo específico (Lei 100, de Compras Verdes, de 2000; Lei de Contratos Verdes, de 2001; e *Basic Policy on Promoting Green Purchasing*, de 2014)

JAPÃO - DISTINÇÕES

- CPS x CPV
- Definição de padrões de desempenho ambiental x definição de diretrizes de sustentabilidade (OBS.: Cadernos de Logística)
- Rede Internacional de Compras Verdes (IGPN) x Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (CGPCS)
- Monitoramento com base na identificação da proporção de localidades que implementaram CPV (cf. planos e relatórios anuais)
- Rótulo Eco Mark (Tipo 1, nos termos da ISO 14020) x norma de rotulagem Tipo 3 (conforme ISO 14025 – baseada em CV) do INMETRO (em elaboração)

SUÉCIA - ASPECTOS COMUNS

- Sistema eletrônico único para realização das compras
- Política de “acordos-quadro”, formulados a partir do diálogo com o setor produtivo e os fornecedores, similar ao modelo do FNDE e do Estado de MG (consultas públicas para elaboração de especificações padronizadas)
- Questão da capacitação de servidores é uma prioridade (especialmente considerando-se o fato de a política ser de caráter voluntário)

SUÉCIA - DISTINÇÕES

- CPS x CPV

*Suécia está em transição de um modelo de CPV para um de CPS (incluindo aspectos sociais)

- CPV são voluntárias (salvo exceções, p.ex.: veículos); não há uma norma legal que obrigue a sua realização
- SEMCO (define padrões e critérios ambientais) x CGPCS
- Monitoramento é feito por meio de pesquisas (questionário); monitora-se o número de entidades participantes das pesquisas, mas não foram encontrados os percentuais das CPV no total gasto a cada ano

SÍNTESE

Quadro Comparativo



ASPECTOS DE INTERESSE

EUA

- *Green Procurement Compilation (GPC)*
- Adoção do conceito de “*best value continuum*” como embasamento para a tomada de decisão de compra

ASPECTOS DE INTERESSE

Coreia

- Estabelecimento de critérios com base em sistemas de rotulagem ambiental desenvolvidos em nível governamental
- Monitoramento dos impactos – econômicos, ambientais e sociais – da política de CPV
- Reconhecimento (premiação) das instituições que apresentarem melhor desempenho
- Fácil acesso a informações sobre produtos com diferencial ecológico
- Incentivos fiscais para produtos com rotulagem

ASPECTOS DE INTERESSE

Japão

- Maior envolvimento do órgão ambiental na coordenação da política para desenvolvimento de critérios objetivos
- Fortalecimento dos sistemas de certificação e rotulagem ambiental (especialmente os executados por instituições ligadas à estrutura governamental)

ASPECTOS DE INTERESSE

Suécia

- Papel desempenhado pelo SEMCO (fórum que reúne poder público, setor privado, academia, ONG etc.) – desenvolvimento de padrões e critérios ambientais a serem utilizados nas compras e contratações legitimados por todos os atores interessados – poderia ser desempenhado pelo Comitê Gestor Nacional de PCS

CONCLUSÕES

- Comparação com os modelos de outros países permite uma reflexão sobre o grau de maturidade da política de CPS nacional
- Não necessariamente os modelos considerados referência são baseados em sistemas de alto nível de sofisticação
- Construção da política deve ser multilateral
- Tema ganhou corpo nos países estudados anos, e até décadas, antes de despontar no Brasil

CONCLUSÕES

- Modelo brasileiro caminha no sentido de incorporar as três dimensões da sustentabilidade
- Países analisados enfrentaram as mesmas dificuldades atualmente vividas pelo Brasil na consolidação da política (barreiras processuais, econômicas, de restrição à competitividade, custo inicial superior, falta de conhecimento técnico especializado por parte dos servidores responsáveis pelas compras etc.)
- Brasil deve aprofundar o conhecimento a respeito dos sistemas de monitoramento mais avançados, a fim de monitorar não apenas o volume de CPS em si, mas os benefícios decorrentes de sua adoção
- Arcabouço normativo sólido é essencial, porém não suficiente para garantir a efetividade da política

OPORTUNIDADES

- Rio + 20: momento em que o tema de PCS ganhou dimensões expressivas em nível global, com a construção de instrumentos de apoio eficazes, como o 10YFP
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda Pós-2015: Elementos Orientadores da Posição Brasileira
- 2º Ciclo do PPCS: estabelecimento de ações e metas mais ambiciosas no que diz respeito às CPS



FIM